



Foto: Ricardo Stuckert / PR

## ACOMPANHADO DE AUTORIDADES, LULA FAZ FORTE DISCURSO NA ONU APÓS 14 ANOS

O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, discursou nesta última terça-feira (19) na abertura da Assembleia Geral da ONU.

Tradicionalmente, o Brasil é o primeiro país a falar nas reuniões da Assembleia Geral, precedido apenas pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e pelo Presidente da própria Assembleia Geral.

Neste ano, o atual Presidente retorna como orador após 14 anos, sendo que sua última participação foi em 2009.

Na ocasião, também estiveram presentes os presidentes do Poder Legislativo, o deputado Arthur Lira (PP/AL) na condição de presidente da Câmara dos Deputados, e o senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), como presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional. Devido à presença dos chefes do Legislativo no evento, os trabalhos no Parlamento nesta semana foram reduzidos. Acompanhados de outros parlamentares, alguns ministros de estado também fizeram parte da comitiva, como Fernando Haddad (Fazenda), Marina Silva (Meio Ambiente), Mauro Vieira (Relações Exteriores) e outros.

O discurso foi caracterizado pela pluralidade de temas, com destaque para a ênfase nas diferenças sociais, a precarização do trabalho por plataformas digitais, a importância do ambiente democrático brasileiro, a busca pela eficiência do desenvolvimento sustentável e a crítica à guerra na Ucrânia.

## LULA E BIDEN APRESENTAM DECLARAÇÃO CONJUNTA PELOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

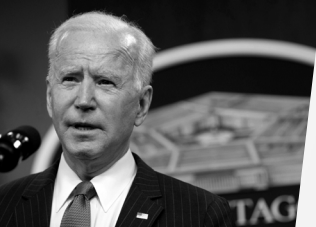
Na quarta-feira, o Presidente realizou uma série de encontros bilaterais com vários chefes de estado, incluindo o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky e o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden.

Com o presidente norte-americano, foi elaborada uma declaração conjunta entre as duas nações com o objetivo de promover os direitos dos trabalhadores.



*“A iniciativa proposta por Biden de fazer um plano de trabalho para oferecer à juventude e ao povo a perspectiva de um emprego decente e mais qualificado, tentando tirar proveito da transição energética e da inteligência artificial” “Precisamos apresentar uma proposta concreta para despertar esperança na sociedade que vive do trabalho no mundo”, acrescentou o presidente brasileiro.”*

**Lula**  
Presidente do Brasil



*“Estamos tentando fazer coisas na economia de baixo para cima e não de cima para baixo. A classe trabalhadora terá uma chance de ascender e os ricos também seguirão bem, enquanto pagarem seus impostos, é claro”*

**Joe Biden,**  
Presidente dos EUA

## A REPERCUSSÃO DA DECISÃO DO STF SOBRE O MARCO TEMPORAL NO PARLAMENTO

O Supremo Tribunal Federal derrubou nesta quinta-feira (21), pelo placar de 9 a 2, o Marco Temporal. Votaram a favor da tese apenas os ministros Kássio Nunes e André Mendonça. Além disso, o STF decidirá na próxima quarta-feira sobre as indenizações a proprietários de terra que ocuparam terras indígenas de boa-fé.

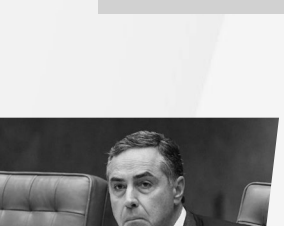
O Marco Temporal é uma tese que marca o dia da promulgação da Constituição de 1988 como sendo o limite da ocupação indígena para que suas terras tenham o direito de serem reivindicadas. Os povos originários argumentam que a tese é inconstitucional, enquanto ruralistas defendem o Marco como sendo um mecanismo de segurança jurídica.

Entretanto, logo após o julgamento, foi protocolada no Senado Federal, pelo Dr. Hiran (PP/RR), a PEC 48/2023. Essa proposta altera a Constituição Federal para definir marco temporal de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, sendo uma clara resposta de Senadores favoráveis à tese do Marco Temporal ao Supremo Tribunal Federal.



*“Ao definir um marco temporal, respeitamos a necessidade de proteger os direitos históricos das comunidades indígenas, ao mesmo tempo em que consideramos a importância de garantir a estabilidade das relações sociais, econômicas e territoriais em nosso país”*

**Dr. Hiran (PP/RR)**  
Senador por Roraima



*“Nós (Fachin, Moraes e Zanin) desmistificamos a ideia de que haveria um marco temporal assinalado pela presença física em 5 de outubro de 1988, reconhecendo, ao revés, que a tradicionalidade e a persistência da reivindicação em relação à área, mesmo que desapossada, também constitui fundamento de direito para as comunidades indígenas”*

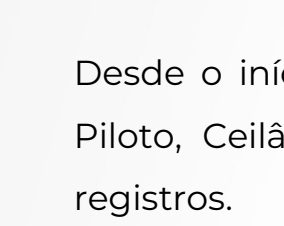
**Roberto Barroso,**  
Ministro do Supremo Tribunal Federal

## DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL RENOVA PROGRAMA SOCIOASSISTENCIAL

A Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) e a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes) renovaram, nesta quinta-feira (21), a parceria que ampliou o atendimento socioassistencial às famílias vulneráveis. Desde 2021, a Unidade Móvel de Atendimento Itinerante da DPDF oferece serviços básicos da instituição, como adoção, assistência jurídica e defesa em ações de acolhimento institucional.

A iniciativa se baseia na intensificação da atuação do Cras Móvel, programa responsável por levar esses serviços às regiões de maior vulnerabilidade nas cidades e áreas rurais. A equipe móvel atua de forma itinerante com agentes e especialistas, que iniciam os processos de acolhida e entrevista individualizada. Durante o período de maior demanda, a DPDF chegou a disponibilizar um ônibus para as atividades que exigiam espaço físico.

Desde o início deste ano, 4.498 pessoas já foram atendidas, sendo o Plano Piloto, Ceilândia e Núcleo Bandeirante as regiões com maior número de registros.



*“A Defensoria Pública do Distrito Federal sempre será parceira em ações que levam dignidade, cidadania e atendimento de qualidade às pessoas do DF, principalmente aquelas que mais precisam da atuação do Estado. Estamos aqui, exatamente, pra prestar esse serviço à população que mais precisa”*

**Celestino Chupel**  
Defensor Público-Geral



*“Foram iniciativas fundamentais para que pudéssemos reduzir as filas e, principalmente, levar atendimento a quem tinha, por algum motivo, dificuldade de locomoção”*

**Ana Paula Marra**  
Secretária de Desenvolvimento Social